



**Estratégia**  
Carreira Jurídica

3º SIMULADO

**PGDF**

**PROCURADOR**

# 3º Simulado Especial

## 3º Simulado Procurador da PGDF

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Procurador da PGDF;
- 2 – A prova contém **200 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-PGDF-19-07>**

01 – C E	26 – C E	51 – C E	76 – C E	101 – C E	126 – C E	151 – C E	176 – C E
02 – C E	27 – C E	52 – C E	77 – C E	102 – C E	127 – C E	152 – C E	177 – C E
03 – C E	28 – C E	53 – C E	78 – C E	103 – C E	128 – C E	153 – C E	178 – C E
04 – C E	29 – C E	54 – C E	79 – C E	104 – C E	129 – C E	154 – C E	179 – C E
05 – C E	30 – C E	55 – C E	80 – C E	105 – C E	130 – C E	155 – C E	180 – C E
06 – C E	31 – C E	56 – C E	81 – C E	106 – C E	131 – C E	156 – C E	181 – C E
07 – C E	32 – C E	57 – C E	82 – C E	107 – C E	132 – C E	157 – C E	182 – C E
08 – C E	33 – C E	58 – C E	83 – C E	108 – C E	133 – C E	158 – C E	183 – C E
09 – C E	34 – C E	59 – C E	84 – C E	109 – C E	134 – C E	159 – C E	184 – C E
10 – C E	35 – C E	60 – C E	85 – C E	110 – C E	135 – C E	160 – C E	188 – C E
11 – C E	36 – C E	61 – C E	86 – C E	111 – C E	136 – C E	161 – C E	186 – C E
12 – C E	37 – C E	62 – C E	87 – C E	112 – C E	137 – C E	162 – C E	187 – C E
13 – C E	38 – C E	63 – C E	88 – C E	113 – C E	138 – C E	163 – C E	188 – C E
14 – C E	39 – C E	64 – C E	89 – C E	114 – C E	139 – C E	164 – C E	189 – C E
15 – C E	40 – C E	65 – C E	90 – C E	115 – C E	140 – C E	165 – C E	190 – C E
16 – C E	41 – C E	66 – C E	91 – C E	116 – C E	141 – C E	166 – C E	191 – C E
17 – C E	42 – C E	67 – C E	92 – C E	117 – C E	142 – C E	167 – C E	192 – C E
18 – C E	43 – C E	68 – C E	93 – C E	118 – C E	143 – C E	168 – C E	193 – C E
19 – C E	44 – C E	69 – C E	94 – C E	119 – C E	144 – C E	169 – C E	194 – C E
20 – C E	45 – C E	70 – C E	95 – C E	120 – C E	145 – C E	170 – C E	195 – C E
21 – C E	46 – C E	71 – C E	96 – C E	121 – C E	146 – C E	171 – C E	196 – C E
22 – C E	47 – C E	72 – C E	97 – C E	122 – C E	147 – C E	172 – C E	197 – C E
23 – C E	48 – C E	73 – C E	98 – C E	123 – C E	148 – C E	173 – C E	198 – C E
24 – C E	49 – C E	74 – C E	99 – C E	124 – C E	149 – C E	174 – C E	199 – C E
25 – C E	50 – C E	75 – C E	100 – C E	125 – C E	150 – C E	175 – C E	200 – C E

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Marcel Torres

Acerca do Poder Legislativo, julgue as afirmativas a seguir.

- 01.** Desde as Constituições de 1934 e de 1937, que adotaram o unicameralismo, o constituinte de 1988 manteve a tradição constitucional brasileira, que vem do Império, consagrando o bicameralismo clássico.
- 02.** A legislatura, que tem duração de 1 (um) ano, corresponde ao período de funcionamento do Congresso Nacional.
- 03.** Conforme entendimento doutrinário, o voto de liderança constitui-se em procedimento de votação com assento constitucional que, possibilitando não apenas a mera substituição de opiniões de líderes partidários, elimina a necessidade de votação pelos congressistas.
- 04.** Conforme entendimento jurisprudencial, no processo de impeachment, o recebimento da denúncia pelo Presidente da Câmara deve ser precedido de defesa prévia.
- Com base na lei, jurisprudência e doutrina, analise as proposições a seguir.
- 05.** Segundo a Constituição Federal, o recebimento da denúncia no processo de impeachment ocorre com a decisão do Plenário do Senado Federal.
- 06.** É constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito, inclusive para imposição de sanções administrativas legalmente previstas.
- 07.** Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, facultada, em todos os casos,

a intervenção do Ministério Público em todos os atos do processo.

- 08.** São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras tradicionalmente ocupadas por índios, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé
- 09.** As terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas são inalienáveis e indisponíveis.
- 10.** A exclusividade de usufruto das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nas terras indígenas é conciliável com a eventual presença de não índios, bem assim com a instalação de equipamentos públicos, a abertura de estradas e outras vias de comunicação.
- 11.** Os direitos dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam foram constitucionalmente reconhecidos, e não simplesmente outorgados, com o que o ato de demarcação se orna de natureza constitutiva.
- 12.** Conforme o texto constitucional, cabe a lei dispor sobre as hipóteses e condições em que o Poder Público dará assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso, sem prejuízo da responsabilidade civil do autor do ilícito.
- 13.** É inconstitucional lei distrital que estabeleça pensão especial a cônjuge de vítima assassinada no território do Distrito Federal, uma vez que vai além da responsabilidade estatal prevista na Constituição Federal.

- 14.** Conforme o texto constitucional, leis específicas deverão prever critérios e garantias especiais para a perda do cargo pelo servidor público estável em decorrência de avaliação de desempenho periódica que, em decorrência das atribuições de seu cargo efetivo, desenvolva atividades exclusivas de Estado.
- 15.** A partir do advento da Constituição Federal de 1988, todos os presidentes possuíram mandato de 4 (quatro) anos.
- 16.** Segundo entendimento jurisprudencial, a Constituição Federal impôs a imediata redução de proventos auferidos em desacordo com os preceitos constitucionais, vedando, ao mesmo tempo, a percepção de excesso sob invocação de direito adquirido ou a qualquer título.
- 17.** A Constituição Federal de 1988 extinguiu os efeitos jurídicos de qualquer ato legislativo ou administrativo lavrado anteriormente que tenha concedido estabilidade a servidor admitido sem concurso público, da administração direta ou indireta, inclusive das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- 18.** A Constituição Federal de 1988 equiparou aos servidores públicos admitidos por concurso público aqueles pertencentes à administração direta, autárquica e fundações públicas da União, Estados e Municípios, em exercício na data da promulgação da Constituição há pelo menos cinco anos continuados, mesmo que não tenham sido admitidos por concurso público.
- 19.** Conforme entendimento jurisprudencial, lei estadual que disponha sobre acúmulo de minutos mensais em franquia telefônica viola a Constituição Federal, ainda que tenha como fim tutelar o consumidor.
- 20.** Conforme entendimento jurisprudencial, lei distrital que proíbe a cobrança de tarifa de assinatura básica por operadoras de telefonia afronta a Constituição Federal.
- 21.** Conforme entendimento jurisprudencial, o texto constitucional impede a edição de legislação estadual ou municipal que, mesmo sem ter como objeto principal a prestação dos serviços de telecomunicações, acabe por produzir algum impacto na atividade desempenhada pelas concessionárias de serviço público federal..
- 22.** Conforme entendimento jurisprudencial, lei distrital pode fixar prazos máximos para a autorização de exames por operadoras de plano de saúde, uma vez que trata sobre direito do consumidor, matéria que se insere na competência legislativa concorrente dos entes federados.
- 23.** Conforme entendimento jurisprudencial, viola a Constituição Federal lei distrital que disponha, ampliando a lei federal, sobre a obrigatoriedade de informações em embalagens de produtos alimentícios comercializados em seu território.
- 24.** Conforme entendimento jurisprudencial, é inconstitucional a lei distrital que torna obrigatória, sob pena pecuniária a ser definida pelo Poder Executivo, a iluminação interna dos veículos fechados, no período das dezoito às seis horas, quando se aproximem de blitz ou barreira policial.
- 25.** Conforme entendimento jurisprudencial, não viola a Constituição Federal lei distrital que imponha obrigatoriedade de equipar-se os ônibus utilizados no serviço público de transporte coletivo com dispositivos redutores de estresse para motoristas e cobradores.

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

Michael de Jesus

26. É vedada à União dispor sobre a isenção de impostos de competência estadual, ainda que em decorrência de sua atuação no âmbito internacional.
27. a imunidade tributária recíproca é extensiva ao patrimônio, a renda e aos serviços de autarquias, fundações e empresas públicas vinculadas à entidade estatal respectiva
28. Às taxas é aplicado o princípio da anterioridade de exercício, mas não o da anterioridade nonagesimal, que é restrita a impostos e contribuições.
29. Lei complementar estadual que isente os membros do MP do pagamento de custas judiciais ou emolumentos é constitucional.
30. Os tributos indiretos são repassados ao consumidor final e não incidem sobre renda ou patrimônio sendo-lhes inaplicável o princípio constitucional da vedação do confisco.
31. É possível que uma obrigação acessória se converta em principal, pois esta é vinculada à ocorrência do fato gerador.
32. Ao emitir nota fiscal, o responsável pelo recolhimento do ICMS pratica obrigação tributária principal.
33. Se uma empresa de contabilidade que presta um serviço de consultoria emite sua nota fiscal, mas não recebe o valor devido pelo serviço, não terá que pagar o ISS enquanto não receber.
34. A obrigação principal refere-se ao pagamento de tributo, mas não de uma penalidade pecuniária.
35. Determinado estado criou uma nova exação tributária, sem qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte, denominando-a, na lei

instituidora, de empréstimo compulsório. O mesmo diploma legal apresentou disposição sobre a devolução do empréstimo compulsório em três parcelas anuais, sem, contudo, estabelecer os anos em que seria devolvido. Com referência a essa situação, é correto afirmar que, quanto à natureza

jurídica específica e à competência, a exação não pode ser considerada nem imposto nem empréstimo compulsório.

36. Os serviços públicos justificadores da cobrança de taxas são considerados específicos quando podem ser usufruídos a qualquer título.
37. As concessões de isenções do ICMS efetivam-se nos termos de convênio celebrados entre os estados e o DF, mas a revogação das referidas isenções independe de convênio.
38. Consoante o texto constitucional, a definição de espécie tributária empréstimo compulsório cabe à lei complementar
39. Não se aplicam as regras gerais da *vacatio legis* à lei tributária, ainda que não haja disposição sobre a data de sua entrada em vigor.
40. Quando a lei for expressamente interpretativa, ela será aplicada, em determinados casos, a ato ou fato pretérito, excluída a aplicação de penalidade a infração de dispositivos interpretativos.
41. A lei tributária pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela CF, pelas constituições dos estados, ou pelas leis orgânicas do DF ou dos municípios.
42. Tratando-se de bens imóveis e de direitos a eles relativos, considera-se local da transmissão ou doação o local onde ocorrer o óbito ou o indicado no documento que formaliza a doação.
43. Cabe, exclusivamente, a lei estadual regular a forma como benefícios fiscais serão concedidos e revogados quando se tratar de ICMS.

44. Na hipótese de compra e venda a contento, há cláusula resolutiva, pelo que o fato gerador considerar-se-á ocorrido na data da celebração do negócio.

45. Caso um cidadão firme contrato de promessa de compra e venda de imóvel residencial transcrito em nome de autarquia municipal, nesse caso, tal cidadão será considerado contribuinte do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) incidente sobre o referido imóvel.

46. Pedro Carlos de Alcantra Segundo deu a seu irmão um apartamento como presente de casamento. Nessa situação, em razão dessa operação, não será devido o pagamento do IBI.

47. O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.

48. Aplica-se o benefício da denúncia espontânea aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.

49. A especificação do prazo de duração do favor não se inclui entre os requisitos previstos na lei que concede a moratória em caráter geral.

50. O lançamento pode ser alterado por impugnação do sujeito passivo.

## **DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO**

Vanessa Arns

51. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, incluídas nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as

melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

52. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a

União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.

53. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e do orçamento do poder judiciário.

54. A efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação faz parte da responsabilidade na gestão fiscal, e não apenas os dispêndios.

55. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

56. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União

57. Os responsáveis pelo controle externo, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

**58.** Orçamento é o ato pelo qual o Poder Legislativo prevê e autoriza ao Poder Executivo, por certo período e em pormenor, as despesas destinadas ao funcionamento dos serviços públicos e outros fins adotados pela política econômica ou geral do país, assim como a arrecadação das receitas já criadas em lei.

**59.** É fundamental que no orçamento público tenhamos a exata correspondência entre receitas e despesas, sendo essa “regra de ouro” imutável e prevista pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

**60.** O orçamento de desempenho estima e autoriza despesas pelos produtos finais que serão obtidos, ou mesmo tarefas a serem realizadas, com ênfase no resultado.

**61. 4.** O orçamento base zero ou por estratégia é aquele que elabora a base orçamentária para um determinado período levando em consideração os orçamentos de períodos anteriores.

**62.** O Plano Plurianual coincide com os quatro anos de legislatura do Presidente da República.

**63.** A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

**64.** A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.

**65. 8.** O A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por

antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.

**66.** A Lei de Responsabilidade Fiscal retirou competências da Lei de Diretrizes Orçamentárias

**67.** A Lei de Responsabilidade Fiscal determinou que a Lei de Diretrizes orçamentárias contivesse dois anexos.

**68.** O A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração

direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público

**69.** São Receitas Correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.

**70.** A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

Rodolfo Penna

**71.** O princípio da autotutela administrativa é decorrência do princípio da legalidade e, a seu respeito, julgue o item a seguir

Todos os Entes Federados possuem o prazo de 05 anos para anular os atos ilegais dos quais resultem efeitos favoráveis aos administrados, quaisquer que sejam os atos, salvo ma-fé.

**72.** O princípio da autotutela administrativa é decorrência do princípio da legalidade e, a seu respeito, julgue o item a seguir

a anulação do ato administrativo que tenha produzido efeitos no campo dos interesses individuais não prescinde de prévio contraditório que garanta o exercício da defesa da legitimidade do ato por aqueles que serão por ela atingidos.

**73.** Acerca das fontes do Direito Administrativo, julgue a assertiva a seguir

A doutrina ostenta papel importante como fonte do direito administrativo, esclarecendo e elucidando normas de modo a fomentar a sua observância e aplicação, porém, não vincula a atuação administrativa.

**74.** Acerca das fontes do Direito Administrativo, julgue a assertiva a seguir

Costume praeter legem é aquele preenche as lacunas da lei, possuindo aplicação subsidiária à lei, ou seja, quando não houver previsão legal sobre determinado assunto, pode-se utilizar os costumes como regra de conduta, sendo, assim, fonte primária do Direito Administrativo.

**75.** Com relação à organização administrativa, julgue o item subsequente.

A criação de órgãos públicos é uma expressão da desconcentração, porém extravasa a competência do Chefe do Executivo para dispor, mediante decreto, sobre organização da Administração, sendo matéria de reserva de lei formal.

**76.** Com relação à organização administrativa, julgue o item subsequente.

O consórcio público possui uma governança extremamente complexa em decorrência da obrigação de participação da União, como ente consorciado, sempre que estiverem consorciados ao menos dois Estados, ou um Estado e Municípios situados fora do território correspondente.

**77.** Relativamente às empresas estatais e a lei 13.303/2016, julgue a assertiva a seguir:

A governança corporativa é associada a um conjunto de boas práticas que recomendam a transparência e

simetria de informações entre administradores, acionistas e terceiros que sofrem impacto nas ações das empresas, o equilíbrio de direitos entre acionistas majoritários e minoritários, a prestação de contas pelos administradores (accountability) e a responsabilidade corporativa, práticas que não são aplicáveis às empresas estatais.

**78.** Com relação às parcerias da Administração Pública com o terceiro setor, julgue o item a seguir

Preenchidos os requisitos, a administração pública deverá tornar pública a proposta de Procedimento de Manifestação de Interesse Social (PMIS) em seu sítio eletrônico e, verificada a conveniência e

oportunidade para realização do PMIS, o instaurará para oitiva da sociedade sobre o tema.

**79.** Com relação aos poderes administrativos, julgue o próximo item.

A apuração de conduta faltosa de um detento, cometida dentro de um estabelecimento prisional, bem como a subsunção do fato à norma legal, a decisão quanto à correspondência da conduta a uma falta leve, média ou grave e a aplicação de sanção pelo diretor do estabelecimento corresponde ao poder disciplinar.

**80.** Com relação aos poderes administrativos, julgue a assertiva a seguir de acordo com o posicionamento do STF:

A ANVISA, agência reguladora federal, não pode, no exercício do Poder Regulamentar, editar ato normativo proibindo a fabricação, importação e comercialização de determinados produtos no país, tendo em vista que os atos normativos infralegais não podem criar direitos e obrigações.

**81.** O parecer é uma espécie de ato administrativo enunciativo. De acordo com o STF e a legislação vigente, quando a consulta é facultativa, a autoridade não se vincula ao parecer proferido, sendo que seu poder de decisão não se altera pela manifestação do órgão consultivo.

**82.** Com relação aos atos administrativos, julgue a assertiva a seguir

Atos negociais são atos bilaterais da Administração Pública, como, por exemplo, os contratos administrativos.

**83.** Com relação às licitações e contratos administrativos, julgue o item a seguir

À Administração Pública é facultada a exigência de garantia dos licitantes, cabendo ao Poder Público optar por uma das modalidades estabelecidas em Lei.

**84.** Com relação às licitações e contratos administrativos, julgue o item a seguir

O contrato administrativo tem natureza comutativa, sendo o caráter formal indispensável à sua celebração e presente em todos os contratos desta natureza.

**85.** Com relação às licitações e contratos administrativos, julgue o item a seguir

Sendo nulo o contrato realizado com a Administração Pública, por ausência de prévia licitação, o ente público deve deixar de efetuar o pagamento ao particular que prestou o serviço, haja vista que a nulidade do contrato opera efeitos retroativos.

**86.** Considerando a legislação pertinente e o entendimento do STJ, julgue a assertiva a seguir.

Sociedade empresária em recuperação judicial não pode participar de licitação, ainda que demonstre, na fase de habilitação, sua viabilidade econômica.

**87.** Com relação aos serviços públicos e o princípio da continuidade, julgue o item a seguir de acordo com a legislação e a jurisprudência do STJ.

Quando o consumidor do serviço público é Pessoa Jurídica de Direito Público, é possível o corte no fornecimento.

**88.** Com relação aos serviços públicos e o princípio da continuidade, julgue o item a seguir de acordo com a legislação e a jurisprudência do STJ:

Nos contratos administrativos de concessão de serviços públicos, a concessionária pode suspender a prestação do serviço se houver atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

**89.** No que diz respeito aos agentes públicos, concursos públicos e o regime jurídico disciplinar, julgue a assertiva a seguir.

Em ação ordinária, na qual se discute a eliminação de candidato em concurso público em razão da subjetividade dos critérios de avaliação do

psicotécnico previstos no edital, a legitimidade passiva será do ente da Administração Pública responsável pelo certame e não da entidade contratada para aplicação das avaliações.

**90.** No que diz respeito aos agentes públicos, concursos públicos e o regime jurídico disciplinar, julgue a assertiva a seguir.

A dispensa do servidor temporário por nulidade da contratação enseja o direito ao recebimento apenas do saldo de salário e dos depósitos do FGTS, nos termos do art. 19-A da lei 8.036/90

**91.** O agente público Alfredo do Estado Alfa praticou, de forma culposa, ato previsto na lei 8.429/92 como ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário. Neste sentido, assinale a alternativa correta

No caso de prática de ato por improbidade administrativa, não é possível a aplicação de demissão do servidor no âmbito do processo administrativo disciplinar, devendo ser proposta ação civil pública por improbidade administrativa perante o Poder Judiciário.

**92.** Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue o próximo item.

No caso de danos causados por notários e registradores a responsabilidade é direta, pessoal e objetiva dos

titulares de serviços de notas e de registros, tendo em vista se enquadram no conceito de pessoa privada prestadora de serviço público delegado, conforme art. 37, § 6º, CF, tendo o Estado apenas responsabilidade subsidiária.

**93.** Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue o próximo item.

O Município é objetivamente responsável pelos danos causados pelo comércio de fogos de artifícios em seu território.

**94.** Acerca dos bens públicos, julgue a assertiva a seguir

Terras devolutas são aquelas que não possuem nenhuma utilização pública específica e que não se encontram, por qualquer título, integradas ao domínio privado, sendo, em regra, consideradas bens dominicais e pertencentes aos Estados.

**95.** No que diz respeito às desapropriações, julgue a assertiva a seguir:

O direito de extensão consiste no direito de o proprietário solicitar que a desapropriação, quando parcial, englobe a totalidade do seu bem, caso a área remanescente não possua valor, não se aplicando à desapropriação ordinária por ausência de previsão no DL 3.365/41.

## DIREITO URBANÍSTICO

Igor Maciel

**96.** É vedada a usucapião de imóveis públicos, salvo no caso de imóvel urbano de até duzentos e cinquenta metros quadrados, utilizados por famílias de baixa renda como moradia, por cinco anos, sem interrupção e sem oposição.

**97.** O plano diretor deve indicar as áreas onde poderão ser utilizadas as medidas de exigência do

parcelamento, da edificação e da utilização compulsórios.

**98.** A instituição de regiões metropolitanas pelos estados federados deve ser precedida da edição de lei complementar federal, diante da autonomia que lhes foi conferida pela CF.

**99.** A Lei nº 6.766/79 trata sobre o parcelamento do solo urbano. Em relação à referida lei, é correto afirmar que o comprador de um lote terá direito a suspender o pagamento das prestações se verificar que o loteamento não está registrado.

**100.** A Lei nº 6.766/79 trata sobre o parcelamento do solo urbano. Em relação à referida lei, é correto afirmar que a sentença declaratória de falência ou da

insolvência de qualquer das partes rescindir os contratos e compromisso de compra e venda ou de promessa de cessão que tenham por objeto a área loteada ou lotes da mesma.

**101.** Pode-se afirmar como definição de lote o terreno servido de infraestrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos na divisão feita pela Prefeitura para a zona em que se situe.

**102.** Caso seja verificado que um projeto de loteamento está situado em um terreno em que tenha sido aterrado material nocivo à saúde pública, haverá aprovação deste em condição suspensiva, devendo o loteador sanear o local em prazo razoável depois da conclusão do projeto, mas ainda antes de qualquer comprador lá residir.

**103.** De acordo com a jurisprudência do STJ, se parte de um imóvel urbano for declarada área de preservação urbana pelo Poder Público, essa porção da propriedade é retirada do domínio privado e passa a ser considerada bem público para todos os efeitos, incluindo-se os tributários.

**104.** De acordo com o Estatuto da Cidade, quando já houver estudo prévio de impacto ambiental, o estudo prévio de impacto de vizinhança passa a ser facultativo ainda quando previsto em lei municipal.

**105.** Em relação à política de desenvolvimento urbano e ao procedimento da desapropriação pelo Poder Público, julgue a afirmação a seguir:

Na desapropriação direta, os juros compensatórios são devidos a partir da efetiva ocupação do imóvel.

**106.** De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os municípios com mais de vinte mil habitantes não podem legislar sobre ordenamento urbano em outras leis, desde que compatíveis com diretrizes estabelecidas no plano diretor.

**107.** Em relação ao tombamento, estão excluídas do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no país.

**108.** O Superior Tribunal de Justiça tem admitido, de forma excepcional, a apresentação de reconvenção em ação popular nos casos de indenização por danos morais que tenha como fundamento o exercício abusivo do direito de ação.

**109.** Sobre a ação civil pública é correto afirmar que se houver condenação em dinheiro, a indenização será revertida ao Estado, que deverá aplicar os recursos na recomposição do dano

**110.** De acordo com a Lei nº 13.465/17, a legitimação fundiária constitui forma derivada de aquisição do direito real da propriedade, sendo conferido por ato do Poder Público.

**111.** A legislação municipal não pode reduzir a proteção conferida às áreas de preservação permanente previstas pelo Código Florestal.

**112.** Segundo a Constituição Federal, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso especial e essencial à sadia qualidade de vida, facultando-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

**113.** O transporte em quantidade excessiva de madeira, não amparada pela respectiva guia de autorização, torna legítima a apreensão de toda a carga, mesmo que parte dela esteja regular.

**114.** É constitucional lei estadual que exige prévia autorização da Assembleia Legislativa para que os órgãos do SISNAMA possam celebrar instrumentos

de cooperação no Estado, tendo em vista o princípio da proteção integral do meio ambiente.

**115.** As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei do respectivo Estado, sem o que não poderão ser instaladas.

**116.** É inconstitucional a redução ou extinção de unidade de conservação por meio de Medida Provisória, mesmo tendo esta força de lei.

**117.** É isento do Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS, dentre outras hipóteses, o manejo e a exploração de florestas plantadas localizadas fora das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal.

**118.** A cobrança pelo uso de recursos hídricos objetiva, dentre outras coisas, reconhecer a água como bem sem valor econômico e dar ao usuário uma indicação de seu hipotético valor.

---

## DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

**119.** Mesmo em caso de infração ambiental de maior gravidade, é necessária, antes da aplicação da multa, a aplicação da pena de advertência.

**120.** O princípio da proibição do retrocesso veda, em qualquer hipótese, e mesmo temporariamente, a flexibilização de direitos ambientais.

**121.** O direito de preempção, previsto no Estatuto da Cidade, fica assegurado durante o prazo seu prazo de vigência, independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel.

**122.** Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até quinhentos metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

**123.** Particular que deposita resíduos tóxicos em seu terreno, mesmo sinalizando o local com placas, responde pelo dano ambiental causado, independente da eventual culpa exclusiva ou concorrente da vítima.

**124.** As unidades de conservação estão agrupadas em três grandes grupos, a saber: proteção integral, uso sustentável e mosaicos ambientais.

**125.** São Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, dentre outros, o zoneamento ambiental, a concessão florestal, a servidão ambiental e o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.

## DIREITO PENAL

Ivan Marques

**126.** Nos crimes omissivos puros, exige-se a ocorrência de resultado naturalístico, uma vez que a simples omissão contida na norma não basta para que eles se aperfeiçoem.

**127.** Tamara transou sem preservativo e, meses após, percebeu que o seu ciclo menstrual estava atrasado. Resolveu, então, adquirir medicamento abortivo, tomou-o na dose indicada e percebeu, ainda assim, que o ciclo não havia voltado. Então, foi ao médico e descobriu que estava com uma enfermidade, sendo que em momento algum esteve grávida. A situação se amolda ao que a doutrina denomina de crime putativo por erro de proibição.

**128.** O indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória), mas não atinge os efeitos secundários, penais ou extrapenais.

**129.** Os crimes de inserção de dados falsos e de modificação ou alteração de dados não autorizada em sistema de informações só se configuram se praticados por funcionário público autorizado, com o fim específico de obter vantagem indevida para si ou para outrem, ou para causar dano, sendo as penas aumentadas de um terço até a metade se da

modificação ou alteração resultar dano para a administração pública ou para o administrado.

**130.** Considere que Rodrigo e Eustáquio sejam condenados, definitivamente, a uma mesma pena, por terem praticado, em coautoria, o crime de roubo. Nessa situação, incidindo a interrupção da prescrição da pretensão executória da referida pena em relação a Rodrigo, essa interrupção não produzirá efeitos em relação a Eustáquio.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

**131.** Acerca da prisão preventiva e dos princípios aplicáveis ao Direito Processual Penal, julgue o item a seguir.

Não será admitida a decretação da prisão preventiva com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena ou como decorrência imediata de investigação

criminal ou da apresentação ou recebimento de denúncia.

**132.** De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em relação ao inquérito policial, avalie a assertiva a seguir.

Arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do promotor de justiça, não pode a ação penal ser iniciada sem novas provas.

**133.** Embora a reparação do dano seja condição para a suspensão condicional do processo, não o é para o acordo de não persecução penal.

**134.** A respeito da teoria geral dos recursos, julgue o item a seguir.

Interposto recurso de apelação contra a sentença condenatória pela defesa e pelo Ministério Público, não poderá o tribunal ou a câmara agravar a pena, sob pena de violação ao princípio da vedação à *reformatio in pejus*.

**135.** Julgue o item a seguir, considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

A exigência da prisão provisória, para apelar, não ofende a garantia constitucional da presunção de inocência.

## DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

**136.** Considerando as previsões do Código Civil acerca do contrato de penhor, julgue o item que se segue.

É válido o contrato de penhor de veículo formalizado por meio de instrumento público ou particular, cujo prazo máximo de vigência é de dois anos, prorrogável, no máximo, por igual período.

**137.** A respeito de prescrição e sua aplicação ao direito das obrigações, julgue que se segue.

A cláusula contratual securitária que estipule prazo prescricional igual a um ano contado da data do fato

para que o beneficiário reclame o valor de eventuais danos sofridos, deverá ser considerada nula.

**138.** Considerando os atos e negócios jurídicos, julgue a assertiva a seguir:

A ação de destruir o vidro de veículo alheio, de alto valor comercial, objetivando removê-lo de local atingido por incêndio acidental, constitui ato ilícito, nos termos do Código Civil.

**139.** Com base no entendimento dos Tribunais Superiores acerca da penhora, julgue o item subsequente.

O proprietário de imóvel gerador de débitos condominiais pode ter o seu bem penhorado em ação de cobrança ajuizada em face de locatário.

**140.** Considerando o entendimento do STJ acerca do Contrato de Locação, julgue o item que se segue:

A inércia do locador em exigir o reajuste dos aluguéis por longo período de tempo não impede a cobrança dos valores pretéritos.

**141.** Julgue o item seguinte, considerando as previsões do Código Civil a respeito dos direitos da personalidade e da prova de fato jurídico.

A confissão como instrumento de prova de fato jurídico pode ser firmada pela parte, independente da sua capacidade civil, por seu representante ou, ainda, por intermédio de testemunha.

**142.** Acerca da responsabilidade civil, julgue o item que se segue.

A teoria da responsabilidade civil objetiva aplica-se a atos ilícitos praticados por agentes de públicos.

**143.** Acerca de direitos da personalidade, julgue o item seguinte.

O espólio detém legitimidade para postular indenização pelos danos materiais e morais experimentados pelos respectivos herdeiros

**144.** Acerca do direito das obrigações, julgue o item a seguir.

Em regra, as obrigações pecuniárias somente podem ser quitadas em moeda nacional e pelo seu valor nominal.

**145.** A respeito do negócio jurídico, das obrigações, dos contratos e da responsabilidade civil, julgue o item a seguir.

Conforme prevê o entendimento majoritário do STJ, as empresas concessionárias de energia elétrica respondem objetivamente pelos danos causados a terceiros, em suas instalações, em virtude do altíssimo risco que envolve o fornecimento de energia elétrica.

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

Rodrigo Vaslin

**146.** A solução consensual dos conflitos foi expressamente permitida pelo CPC de 2015, todavia, é vedado o seu incentivo por parte do juiz, sob pena de ofensa ao princípio da inafastabilidade da jurisdição.

Sobre o direito intertemporal, julgue as 03 alternativas que seguem:

**147.** A coisa julgada de questões prejudiciais, prevista no art. 503, §1º, do CPC, só se aplica para os processos que tenham sentença proferida a partir de 18 de março de 2016.

**148.** O CPC consagrou, como regra, a teoria do isolamento dos atos processuais, segundo a qual as disposições do novo diploma devem ser aplicadas imediatamente a todos os processos pendentes. Todavia, também é possível encontrar a aplicação da teoria da unidade e das fases processuais em alguns dispositivos do diploma processual.

**149.** O NCPD autoriza, sem ressalvas, a concessão de tutela provisória contra a Fazenda Pública, derogando tacitamente as normas que dispõem em sentido contrário.

A respeito da cooperação jurídica internacional, julgue os itens a seguir:

**150.** Na ausência de tratado, a cooperação jurídica internacional poderá realizar-se com base em reciprocidade, manifestada por via diplomática. Entretanto, não se exige reciprocidade para homologação de sentença estrangeira.

**151.** O procedimento da carta rogatória perante o Superior Tribunal de Justiça é de jurisdição contenciosa e deve assegurar às partes as garantias do devido processo legal.

**152.** É regular a citação da pessoa jurídica estrangeira por meio de seu entreposto no Brasil, ainda que não seja formalmente aquela mesma pessoa jurídica ou agência ou filial

**153.** O prazo para cumprimento voluntário de sentença deverá ser computado em dias corridos, tendo em vista que não se trata de prazo processual.

Sobre a arbitragem, julgue os itens a seguir:

**154.** A arbitragem que envolva a administração pública poderá ocorrer com base no direito ou na equidade, mas deverá respeitar o princípio da publicidade.

**155.** No cumprimento da carta arbitral será observado o segredo de justiça, desde que comprovada a confidencialidade estipulada na

**156.** A sentença arbitral faz coisa julgada material, autorizando a revisão judicial apenas quanto a vícios formais, mas nunca quanto ao seu conteúdo.

**157.** A parte interessada poderá ingressar em juízo para requerer a prolação de sentença arbitral complementar, se o árbitro não decidir todos os pedidos submetidos à arbitragem.

**158.** No que se refere ao litisconsórcio, o ordenamento jurídico prevê algumas hipóteses em que é possível litisconsórcio unitário passivo facultativo.

**159.** A parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa se, dentre outras hipóteses, a sentença lhe for desfavorável. Nesse caso, o ressarcimento devido deverá, sempre que possível, ser liquidado nos próprios autos, desde que haja pronunciamento judicial expresso a esse respeito na sentença.

**160.** Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser proposta no prazo de 15 (quinze) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais

Sobre as provas no processo civil, julgue os itens a seguir:

**161.** A produção antecipada da prova deverá ser ajuizada no juízo competente para o julgamento da causa principal.

**162.** É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos.

**163.** Conforme o NCPC, no cumprimento de sentença, a Fazenda Pública pode impugnar a execução, podendo arguir, dentre outras matérias, a inexecuibilidade do título e a penhora incorreta ou avaliação errônea do bem.

**164.** Se houver cumulação da ação de demarcação com a de divisão de terras particulares, o processamento do feito será conjunto.

**165.** O exequente pode cumular várias execuções, ainda que fundadas em títulos diferentes, desde que o executado seja o mesmo, sendo este o único requisito.

**166.** O prazo para propositura dos embargos à execução é de quinze dias, salvo quando haja litisconsórcio passivo com patronos diferentes, de diferentes escritórios de advocacia.

**167.** É incabível reconvenção em embargos à execução, segundo o STJ.

**168.** A prescrição intercorrente por ausência de localização de bens não retira o princípio da causalidade em desfavor do devedor, nem atrai a sucumbência para o exequente.

**169.** Não é possível fracionar o crédito de honorários advocatícios em litisconsórcio ativo facultativo simples em execução contra a Fazenda Pública por frustrar o regime do precatório.

**170.** A interposição de sucessivos recursos com finalidade meramente protelatória autoriza o imediato cumprimento da decisão.

## **DIREITO EMPRESARIAL**

Alessandro Sanchez

**171.** No que concerne ao direito empresarial em sentido amplo, julgue o item a seguir.

Dado o princípio constitucional de livre iniciativa, é permitido ao empresário iniciar suas atividades comerciais concomitantemente com o pedido de sua inscrição no registro público de empresas mercantis.

**172.** Acerca dos impedimentos, direitos e deveres do empresário, julgue o item que se segue de acordo com a legislação vigente. O incapaz não pode ser autorizado a iniciar o exercício de uma atividade empresarial individual, mas,

excepcionalmente, poderá ele ser autorizado a dar continuidade a atividade preexistente.

**173.** Com relação ao direito empresarial em sentido amplo, julgue o item que se segue.

Sociedade empresária poderá ser registrada tanto nos órgãos de registro de comércio quanto nos cartórios de títulos, devendo a sociedade simples ser obrigatoriamente registrada em cartório de registro de pessoas jurídicas.

**174.** Julgue o item a seguir, relativo à regularidade, ou não, de sociedades empresárias e às possíveis consequências devidas a situações de irregularidade. Uma das sanções imponíveis à sociedade empresária que funcione sem registro na junta comercial é a responsabilização ilimitada dos seus sócios pelas obrigações da sociedade.

**175.** No que se refere ao direito societário, julgue o item que se segue. Os administradores da sociedade limitada respondem com seu patrimônio por créditos decorrentes de obrigações tributárias, por fatos que praticarem com excesso de poder, infração à lei, contrato ou estatutos.

**176.** Acerca das companhias, julgue o item subsequente. Na constituição desse tipo de sociedade, exige-se, em regra, realização, a título de entrada, de 10%, no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro.

**177.** Acerca das sociedades empresárias, julgue o item que se segue. O número de ações preferenciais sem direito a voto ou sujeitas a restrições no exercício desse direito não pode ultrapassar 50% do total das ações emitidas pela sociedade anônima.

**178.** Julgue o item a seguir com base no entendimento atual do STJ acerca de direito empresarial.

A novação decorrente da concessão da recuperação judicial após aprovado o plano em assembleia enseja a suspensão das execuções individuais ajuizadas contra a própria devedora.

**179.** Com relação ao direito empresarial em sentido amplo, julgue o item que se segue.

Se a falência for decretada por sentença em processo de falência, todos os bens do falido tornar-se-ão indisponíveis, mesmo aqueles que façam parte das atividades normais do devedor, se autorizada a continuação provisória destas.

**180.** Acerca da recuperação judicial de empresas, julgue o item que se segue. Caso certa empresa de aviação comercial efetue pedido de recuperação judicial perante o juízo competente, o deferimento do pedido de recuperação judicial suspenderá eventuais ações de execução fiscal em curso contra a referida empresa.

## DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

**181.** Acerca do contrato de trabalho, julgue o item a seguir:

(...) O contrato de trabalho intermitente deve ser celebrado por escrito e deve conter especificamente

o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não.

**182.** Acerca do instituto das férias, julgue o item a seguir:

(...) Os empregados maiores de 60 anos de idade gozarão das férias sempre de uma só vez, assim como o empregado estudante, menor de 18 anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.

**183.** No que diz respeito aos direitos sociais dos trabalhadores, julgue o item:

(...) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço por 5 dias consecutivos em caso de nascimento do filho, no decorrer da primeira semana. Contudo, tal direito pode ser reduzido ou até suprimido totalmente por acordos ou convenções coletivas de trabalho.

**184.** Considerando as normas do Direito Laboral, em especial quanto ao trabalho noturno, julgue o item a seguir:

(...) O empregado que ocasionalmente trabalhar no período das 20 h de um dia até às 8 h do dia seguinte terá direito ao recebimento do adicional noturno, inclusive com relação às três últimas horas trabalhadas.

**185.** Considerando o instituto do aviso prévio, julgue o item a seguir:

(...) O aviso prévio proporcional ao tempo de serviço é aquele de trinta dias para os empregados com até um ano de serviço na mesma empresa, acrescidos de três dias por ano de serviço até o máximo de sessenta dias, perfazendo um total de noventa dias.

**186.** A Lei no 13.467, de 2017, estabeleceu parâmetros para as indenizações por dano extrapatrimonial decorrentes de atividade de trabalho, acerca do tema, julgue o item a seguir:

(...) A indenização por danos materiais poderá ser pedida cumulativamente com reparação por danos extrapatrimoniais, salvo se decorrentes do mesmo ato lesivo.

**187.** A respeito da jornada de trabalho e de acordo com a legislação vigente, julgue o item a seguir:

(...) A duração normal do trabalho é de oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

**188.** Com relação ao teletrabalho, julgue o item a seguir:

(...) A responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão acordadas entre empregado e empregador, através de previsão em contrato escrito.

**189.** A CLT dispõe expressamente sobre alguns dos direitos da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. A esse respeito, julgue o item a seguir:

(...) O trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social não servirá de paradigma para fins de equiparação salarial.

**190.** Acerca do instituto da contribuição sindical, impactado pela reforma trabalhista, julgue o item a seguir:

(...) O desconto da contribuição sindical não está condicionado à autorização prévia e expressa dos que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou, inexistindo este, na conformidade do disposto no art. 591 da Constituição.

## **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

Lucas Pessoa

**191.** Em relação ao recurso de revista, é correto afirmar:

Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, o cabimento de recurso de revista restringe-se às hipóteses de contrariedade à Súmula Vinculante e violação direta da Constituição.

**192.** Considerando às disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar que:

A não são devidos honorários de sucumbência na reconvenção.

**193.** De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, a petição inicial trabalhista:

Entre outros requisitos, deve conter a qualificação das partes, a causa de pedir, o pedido líquido, a especificação de provas, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante.

**194.** Sobre as testemunhas no processo do trabalho, analise a seguinte assertiva:

As testemunhas comparecerão a audiência independentemente de notificação ou intimação, sendo que aquelas que não comparecerem serão intimadas, ex officio ou a requerimento da parte, ficando sujeitas a condução coercitiva, além da penalidade de multa, caso, sem motivo justificado, não atendam à intimação.

**195.** Em relação aos atos processuais, prevê a CLT que:

As audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e realizar-se-ão entre 6 (seis) e 20 (vinte) horas, não podendo ultrapassar 5 (cinco) horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.

**196.** Considerando às disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar que:

A apresentação da exceção de incompetência territorial deve se dar prazo de oito dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção.

**197.** Considerando a reforma trabalhista e as súmulas do Tribunal Superior do Trabalho, julgue o item a seguir, a respeito do princípio constitucional da indispensabilidade do advogado.

O jus postulandi é aplicável a todos os recursos da seara trabalhista.

**198.** Julgue o próximo item à luz da jurisprudência do TST acerca dos recursos na justiça do trabalho, da liquidação e da execução no processo do trabalho.

A decisão judicial proferida em dissídio individual que condenar o poder público com base em entendimento coincidente com orientação firmada no âmbito administrativo e emitida pelo próprio ente público por meio de parecer vinculante não se sujeitará ao duplo grau de jurisdição.

**199.** Analise a seguinte assertiva à luz do entendimento do TST acerca da ação rescisória no processo do trabalho.

A sentença normativa preexistente à sentença rescindenda poderá ser considerada prova nova, mesmo que não tenha sido exibida no processo originário por negligência da parte.

**200.** Quanto aos recursos no Processo Judiciário do Trabalho, conforme normas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho:

O agravo de petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, não sendo, contudo, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença.

**Preencha o Gabarito!**

<https://bit.ly/Simulado-PGDF-19-07>

***Conheça nosso sistema de questões!***

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!*



***Cursos para o concurso da PGDF***

*Confira nossos cursos:*

## [Curso para PGDF\(Procurador\)](#)